



CPI decide até quinta-feira se convoca governador de Goiás



A portas fechadas, a audiência da CPI ouve depoimento do delegado da Polícia Federal Mela Rodrigues

Expectativa é de que na próxima semana seja analisada a convocação de Marconi Perillo, citado mais de 230 vezes em telefonemas de Cachoeira

Em depoimento prestado ontem, a portas fechadas, à CPI do Cachoeira, o delegado da Polícia Federal Matheus Mela Rodrigues disse que, além dos telefonemas, pesa sobre o governador o fato de que R\$ 500 mil teriam sido entregues a um assessor especial de Marconi na sede do governo goiano. O delegado também deu detalhes sobre a venda da casa de Marconi a Cachoeira por R\$ 1,4 milhão. **4 e 5**

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr

Subcomissão fará audiências para conhecer motivos das altas taxas de homicídios 3



Jane de Araújo/Agência Senado

Gonçaves (E) e Gilson Dipp, do grupo de juristas que analisa o Código Penal

Lei brasileira poderá valer para crime contra vice-presidente no exterior 3

Senadores se mobilizam por piso dos professores

Grupo da Comissão de Educação pediu envio de representação ao STF para que lei seja cumprida em todo o país. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Humberto Costa (E) e Antonio Carlos Valadares apresentam cronograma

Conselho de Ética: Cachoeira depõe dia 23 e Demóstenes dia 28 5



Gerardo Magela/Agência Senado

Eloi Ferreira, da Fundação Palmares, e Paulo Paim (D) debatem na CDH estratégias jurídicas de combate à discriminação

CCJ vota cotas para aluno de escola pública

Projeto que reserva ao menos metade das vagas de universidades públicas e colégios técnicos federais para quem vem de

escolas públicas deve ser votado na CCJ. Segundo a relatora, Ana Rita, a votação aguardou a decisão do STF sobre cotas raciais. **2**



Márcio Kiume/Agência Senado

O ministro das Relações Exteriores (E) e Fernando Collor em debate na CRE

Para Patriota, Brasil tem "obrigação de ser ambicioso" quanto à Rio+20 7

O senador e o eleitor leem

JORNAL DO SENADO
17anos

Descarte de medicamento vencido é inadequado 6

Produtores pedem limite a royalties de transgênicos 7

Grupo da Comissão de Educação pediu à Procuradoria-Geral da República que envie representação ao Supremo para que lei seja cumprida por todos os estados e municípios

Senadores se mobilizam por piso do magistério

DIANTE DO NÚMERO crescente de estados e municípios que não cumprem o piso salarial dos professores, um grupo de trabalho da Comissão de Educação, formado por cinco senadores, resolveu se mobilizar para exigir o cumprimento da Lei 11.738/08, que fixa o valor mínimo para o pagamento dos profissionais do magistério em todo o país.

Anteontem, em reunião com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, os senadores solicitaram que o Ministério Público encaminhe uma representação ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a lei seja cumprida.

O último levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), concluído em março, mostra que 17 estados (das 27 unidades da Federação) descumprem a determinação legal de pagamento do piso, atualmente de R\$ 1.451, aos que iniciam a carreira e aos professores que têm nível médio (*veja quadro ao lado*).

A Paraíba editou uma medida provisória no final de março que fixa o valor mínimo dos professores em R\$ 1.088,26. A decisão foi alvo de severas críticas de Cícero Lucena (PSDB-PB) em pronunciamento no Plenário.

Para o senador, essa medida (MP 193) reduz os salários da categoria e desrespeita as progressões do plano de carreira sancionado pelo ex-governador e hoje senador Cássio Cunha



Roberto Gurgel (2º à esq.) recebe os senadores Cássio Cunha Lima, Ana Amélia, Cícero Lucena e Pedro Taques

Lima (PSDB-PB), que também participa do grupo de trabalho da Comissão de Educação.

— A Paraíba foi surpreendida por um ato ditatorial do governo, mais um golpe de morte na educação pública — protestou Cícero, citando o fechamento de quase 200 escolas estaduais e a tentativa de quebrar a autonomia financeira e sucatear a infraestrutura da Universidade Estadual da Paraíba.

Também fazem parte do grupo da Comissão de Educação Cristovam Buarque (PDT-DF), Ana Amélia (PP-RS) e Pedro Taques (PDT-MT).

Gratificações

Alguns estados, segundo a secretária-geral da CNTE, Marta Vanelli, querem pagar o piso para os professores que têm nível superior, como é o caso da Paraíba. Outros, como Santa

Catarina, onde os professores encerraram greve na última terça-feira, querem incluir as gratificações no valor mínimo pago ao magistério.

Essas manobras, segundo Marta, configuram descumprimento da lei do piso, que teve origem em projeto de lei de Cristovam Buarque.

A iniciativa do grupo de senadores de pedir a intervenção do Ministério Público, conforme requerimento de Cunha Lima aprovado pela Comissão de Educação, pode produzir resultados positivos, na avaliação de Cícero Lucena.

Ao **Jornal do Senado**, ele disse que os senadores saíram da reunião com o entendimento de que o procurador-geral deverá concluir pela representação ao Supremo.

— Não é garantia. É uma avaliação — ponderou.

O procurador informou, ainda segundo o senador, que a possibilidade de entrar com uma reclamação no Supremo já vinha sendo estudada. Relatou ainda que o MP arquivou um pedido de representação feito pela Confederação Nacional de Municípios, que reivindica a flexibilização do piso.

Nessa queda de braço entre governantes e professores, o Supremo se posicionou pela constitucionalidade da lei em abril do ano passado, quando julgou a ação declaratória de inconstitucionalidade proposta pelos governos de Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para Cristovam, uma saída para estados e municípios que não conseguem pagar o piso seria a intervenção do governo federal, que assumiria a gestão financeira da rede escolar.

O piso pelo Brasil

A seguir, os salários mínimos que os estados pagam aos professores:

	não cumpre o piso	cumpre o piso
AC	R\$ 890	
AL	R\$ 1.187	
AM	sem informação	
AP	R\$ 1.085	
BA	R\$ 1.187,98	
CE	R\$ 1.270,09	
DF	R\$ 1.777,61	
ES	R\$ 510,05	
GO	R\$ 1.460	
MA*	R\$ 725,81	
MG	R\$ 369	
MS	R\$ 1.489,67	
MT	R\$ 1.312	
PA	R\$ 1.451	
PB	R\$ 1.088,26	
PE	R\$ 1.451	
PI	R\$ 1.187	
PR	R\$ 611,81	
RO	R\$ 943,21	
RN	R\$ 890,62	
RJ	sem informação	
RR	R\$ 1.399,64	
RS	R\$ 434,45	
SC	R\$ 1.234,48	
SE	R\$ 1.187	
SP	R\$ 1.718,02	
TO	R\$ 1.329	

* O valor refere-se a 20 horas

Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

CCJ vota cotas para alunos de escolas públicas

O projeto de lei que reserva pelo menos metade das vagas das universidades públicas e escolas técnicas federais para alunos oriundos de escolas públicas (PLC 180/08) poderá ser votado na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A relatora, Ana Rita (PT-ES), explica que a votação só esperava a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre cotas para negros em universidades públicas.

A senadora participou ontem de audiência que discutiu na Comissão de Direitos Humanos (CDH) as estratégias jurídicas de combate à discriminação

e de promoção da igualdade racial. Ela solicitou que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) peça “sinal verde” da Casa Civil para aprovação.

Ana Rita disse que ainda há dúvidas entre os senadores, apesar de o projeto já ter sido debatido em audiências. Ela informou que terça-feira seu parecer será comparado com a decisão do STF, que considerou constitucional o sistema de cotas raciais em universidades.

A Seppir está desenvolvendo programas para combater a discriminação racial, informou Carlos Alberto de Souza e Silva

Junior, que representou o órgão. São quatro eixos de atuação: educação, trabalho, cultura e comunicação.

Para o secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, Almiro Sena, o Estatuto da Igualdade Racial é uma peça jurídica completa, que não exigiria nenhuma outra lei para promover ações justas.

O representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Arilson Ventura, pediu que o STF declare a constitucionalidade do Decreto 4.887/03, sobre terras ocupadas por quilombos.



Paulo Paim (C) coordena debate sobre promoção da igualdade racial na Comissão de Direitos Humanos

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Discursos

9h Na sessão de hoje não haverá votação de matérias. Entre os primeiros oradores inscritos, está o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

CÓDIGO PENAL: Crimes cibernéticos

9h Reunião da comissão de juristas instituída pelo presidente do Senado para elaborar o anteprojeto de lei do novo Código Penal. A comissão vai deliberar sobre crimes cibernéticos, contra a relação de consumo, de interceptação telefônica e de lavagem de dinheiro.

PACTO FEDERATIVO: Administração

9h30 Reunião administrativa da Comissão Especial Externa do Sistema Federativo, no miniauditório do Interlegis.

CPI DA MULHER: Lei Maria da Penha

14h Audiência pública da CPI mista que investiga a violência contra a mulher, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, para debater situações de violência doméstica e a aplicação da Lei Maria da Penha. Entre os participantes da audiência, o presidente do Tribunal de Justiça do estado, Pedro Valls Feu Rosa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Subcomissão quer conhecer motivos das altas taxas de homicídios no país

Como num país sem guerras civis ou enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos morreram mais pessoas — 192.804, no período de 2004 a 2007 — do que nos 12 maiores conflitos armados então existentes no mundo? E como colocar em prática políticas públicas que possam reduzir o problema a padrões civilizados? Para responder a essas questões, a Subcomissão Permanente de Segurança Pública aprovou ontem requerimento de Pedro Taques (PDT-MT) para realização de audiência pública com especialistas no assunto.

Por sugestão dos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Armando Monteiro (PTB-PE), devem ser convidadas também autoridades de segurança pública que obtiveram êxito no combate à criminalidade.

Pedro Taques disse que o objetivo é reconhecer os “entraves legislativos” que podem ser sanados de forma a colaborar com a resposta eficiente do Estado à violência. Para fazer isso, afirmou, é preciso conhecer o trabalho e a experiência dos agentes

que atuam na investigação e na ação penal dos crimes de homicídio.

O parlamentar citou dados do *Mapa da Violência 2012*, que aponta uma média de 26 homicídios por 100 mil habitantes no país e a ocorrência de 538.324 homicídios na primeira década do novo milênio.

— Esse grave mal demanda a superação de uma série de desafios: elucidação dos casos, papel da polícia, legislação penal adequada, articulação integrada dos sistemas de segurança pública, compreensão das razões sociológicas da criminalidade, dentre outras medidas necessárias para a concretização de políticas públicas que possam, efetivamente, diminuir o problema a padrões civilizados — disse Pedro Taques.

A subcomissão aprovou também audiência que irá receber e debater propostas para elaboração de projeto regulamentando dispositivo constitucional sobre a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública atua no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Taques e Aloysio, um dos autores do convite a autoridades de segurança que obtiveram êxito no combate à violência

Marcio Kallume/Agência Senado

Condenado que comete falta grave pode perder direito a liberdade condicional

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública aprovou ontem uma proposta que interrompe o período aquisitivo do livramento condicional para o preso que cometer falta grave.

O projeto (PLS 51/09), de autoria de Demóstenes Torres (sem partido-GO), será examinado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Se aprovada, a proposta seguirá para exame da

Câmara dos Deputados caso não haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Em seu relatório, Pedro Taques considerou a proposta importante diante da controvérsia na jurisprudência brasileira sobre o assunto.

Para o relator, o cometimento de falta grave, durante o período de aquisição do benefício, demonstra a impropriedade de retorno do preso ao convívio social.

Comissão de juristas propõe que crimes cometidos no exterior contra pessoas da linha sucessória presidencial sejam julgados segundo lei brasileira; hoje, isso se aplica só a crimes contra o presidente



Reunião da comissão de juristas instituída pelo presidente do Senado, José Sarney: propostas para o Código Penal

Grupo debate crime contra vice-presidente no exterior

A APLICAÇÃO DA lei brasileira no caso de crimes contra o presidente da República, mesmo quando cometidos fora do país, deve ser estendida a todos os ocupantes de cargos que integram a linha sucessória: o vice-presidente, os presidentes da Câmara e do Senado e o presidente do Supremo Tribunal Federal.

A inovação foi aprovada ontem pela comissão de juristas designada pelo presidente do Senado, José Sarney, para elaborar um anteprojeto de reforma do Código Penal.

Os juristas trataram ontem da parte geral, que inclui princípios gerais, interpretação e aplicação das normas penais.

— O objetivo foi atualizar o texto, incorporando a doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores — explicou o procurador Luiz Carlos Gonçalves, relator da comissão.

Os juristas também ampliaram a abrangência dos delitos, para determinar que a lei brasileira seja aplicada não apenas nos casos de crimes contra a vida ou a liberdade do presidente ou dos que ocupem a linha sucessória quando se encontrarem no exterior, como estabelece o código vigente.

Pelo novo texto, serão enquadrados os crimes que “ofendam de qualquer modo

a vida ou a liberdade” deles.

— Por exemplo, o latrocínio não é crime contra a vida nos termos do Código Penal. É um crime contra o patrimônio. Com a nova redação, esse crime passa a ser também compreendido — disse o relator.

Ordem democrática

Os juristas sugerem incluir entre os crimes extraterritoriais sujeitos à lei brasileira os que objetivam lesar ou expor a risco a ordem constitucional e democrática.

Como no caso dos crimes contra o presidente e sucessores, esses delitos são incondicionados: o processo será levado adiante mesmo se o agente não se encontrar no Brasil ou se o ato não for considerado crime no país onde foi praticado.

Os crimes extraterritoriais contra a administração, o patrimônio ou a fé pública da União, no entanto, passam a ter outro tratamento: ficam na dependência do ingresso do autor do delito no Brasil.

JURISTAS DISCUTEM MILÍCIAS EM REUNIÃO DE HOJE

Os juristas retomarão hoje os trabalhos e examinarão de novos pontos. Embora estivesse na agenda de ontem, a proposta para a criminalização das milícias ficou para a nova reunião.

Ante conflito de normas, juiz adotará a mais específica

Uma proposta aprovada pelos juristas deixa claro que, diante de um conflito de normas, o juiz deverá observar a mais específica.

Diante de um infanticídio, por exemplo, o magistrado usará as regras penais para esse tipo de crime em vez das normas para o homicídio, de natureza mais genérica.

Um dos pontos mais debatidos foi o procedimento a ser adotado pelo juiz diante de um caso quando começar a vigorar uma lei nova apenas parcialmente mais favorável ao réu. A Constituição determina que se aplique retroativamente a lei penal nova mais favorável, mas persiste a lacuna diante de uma lei nova benéfica apenas em parte. Prevaleceu a tese de que o juiz poderá combinar a lei anterior e a nova em favor do acusado.

— Hoje, o próprio Supremo está dividido entre duas posições: aplicar globalmente a lei nova ou a lei globalmente mais favorável ou ainda trechos de uma e de outra lei. Combinar leis foi a solução aprovada — disse o relator da comissão.

Dipp integrará Comissão da Verdade

O presidente da comissão de juristas que elabora anteprojeto do Código Penal, Gilson Dipp, foi indicado ontem pela presidente Dilma Rousseff um dos sete integrantes da Comissão da Verdade.

Dipp, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atuará ao lado do ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, da advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha,

do ex-procurador-geral da República Cláudio Fonteles, do diplomata Paulo Sérgio Pinheiro, da psicanalista Maria Rita Kehl e do jurista José Paulo Cavalcanti Filho.

Os nomes foram escolhidos por Dilma a partir de critérios como conduta ética e atuação em defesa dos direitos humanos. O convite foi feito pessoalmente pela presidente, que recebeu os sete em audiências

no Palácio do Planalto. Ainda não há definição sobre quem presidirá o colegiado.

A Comissão da Verdade será instalada em 16 de maio e vai apurar violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. O grupo terá dois anos para ouvir depoimentos e analisar documentos com o objetivo de esclarecer violações de direitos, sem caráter punitivo. (Agência Brasil)

Logística reversa poderia ser uma saída, mas números imprecisos sobre quantidade gerada a cada ano dificultam implantação do sistema

Debate mostra que destinação de remédios vencidos desafia o país

O DESCARTE DE medicamentos vencidos continua sendo feito de forma inadequada no país. A deficiência, que impõe riscos ao meio ambiente e à saúde pública, foi reconhecida em debate realizado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De acordo com o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) Jaime Oliveira, não há números precisos sobre o volume de medicamentos que perdem a validade anualmente no país, mas estima-se que pode chegar a 34 mil toneladas. Corrigir essa imprecisão é fundamental, segundo ele, para dimensionar os custos da chamada logística reversa.



Anibal (3º à esq.) conduz debate na Semana de Vigilância Sanitária no Congresso

Esse sistema delega ao consumidor a tarefa de levar os materiais inservíveis a pontos específicos de coleta para, a partir daí, comerciantes, distribuidores, fabricantes e importadores providenciarem seu descarte seguro.

A Lei 12.305/10, que regulou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, não incluiu os remédios entre os produtos submetidos à logística reversa. Apesar disso, governo, indústria, atacadistas e varejistas buscam uma solução.

A expectativa é de que um acordo setorial seja fechado até o início de 2013. Paralelamente, vêm ocorrendo experiências esparsas de recolhimento e destinação final de remédios vencidos, concentradas nas regiões Sul e Sudeste.

Segundo o presidente executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias (Abrafarma), Sérgio Mena Barreto, três desafios se impõem à estruturação da logística reversa para o setor: o alto custo do sistema, as dimensões continentais do país e o conflito sobre a responsabilidade da destinação final.

— Já vimos farmácia enterrando medicamento vencido na beira de um rio em São Paulo — disse.

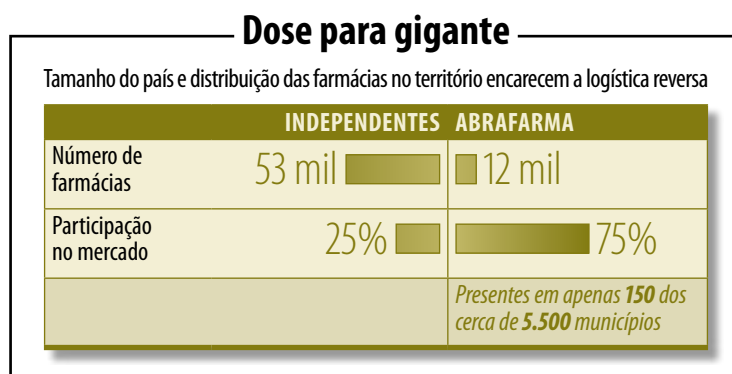
Representante da indústria sugere divisão de custos

No debate da CMA, o presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Jorge Raimundo, avaliou a inserção do poder público no esquema de responsabilidade compartilhada com consumidores, farmácias e fabricantes para o descarte adequado de remédios.

Ele disse que é possível encontrar uma solução para o alto custo do sistema de logística reversa e questionou sobre a possibilidade de subsídio ao setor.

— Gostaríamos de fazer uma campanha com a divisão de custos entre todos os envolvidos na cadeia.

Anibal Diniz (PT-AC), na presidência dos trabalhos,



elogiou a responsabilidade social demonstrada pela cadeia produtiva de medicamentos que, mesmo sem

determinação legal, está disposta a viabilizar o descarte do material vencido com segurança.

Liberar bebidas na Copa é incoerência, afirma Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) classificou como “incoerência” o fato de a Lei Geral da Copa, aprovada quarta-feira pelo Senado, permitir a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo de 2014. O senador lembrou que a prática é proibida pelo Estatuto do Torcedor.

Ele disse que tramita no Congresso Nacional projeto que torna mais rígida a Lei Seca, de âmbito nacional, mas, mesmo assim, o próprio Congresso aprovou a Lei Geral da Copa, que dá liberdade aos governos estaduais permitirem o comércio de bebidas alcoólicas nos jogos.

— No período tal pode se cometer tal infração. Fora desse período, não. Isso realmente é uma incoerência.

Mozarildo ressaltou o crescente número de acidentes de trânsito causados por motoristas embriagados.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) disse que também era contra liberar, mas cedeu devido ao acordo firmado pelo presidente da República, em 2007, com a Fifa.



Senador lembra que o Estatuto do Torcedor proíbe a venda de bebidas

Diretor diz que Anvisa precisa de mais estrutura e funcionários

Como parte da 1ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso, o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, esteve ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde afirmou que o orçamento do órgão para este ano é de R\$ 728 milhões e que a agência precisa ampliar sua estrutura para atender às demandas.

— Só a área de medicamentos da agência dos Estados Unidos [US Food & Drug Administration — FDA] conta com 3.800 servidores, enquanto a nossa possui 180 — disse.

Barbano destacou a participação na campanha do Ministério da Saúde pela redução do teor de sódio nos alimentos. Ele lembrou que a Anvisa criou regras para as comunidades terapêuticas que tratam de dependentes químicos e para o repasse de verbas públicas a

elas (RDC 29/11). Outra ação foi a proibição do comércio de inibidores de apetite à base de anfepramona, femproporex e mazindol, devido a potenciais



Barbano (E) fala à CAS ao lado do presidente da comissão, Jaime Campos, e de um dos diretores da Anvisa, José Agenor Álvares

riscos à saúde. Os medicamentos com sibutramina devem ser monitorados por um ano para avaliação de seus resultados e efeitos colaterais.

Barbano ainda assinalou que os dados sobre inspeções da Anvisa em cruzeiros marítimos estão disponíveis em <http://bit.ly/temporadaCruzeiros>.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ministro das Relações Exteriores afirmou em audiência pública que Brasil exercerá liderança na conferência mostrando seus avanços em questões de sustentabilidade e que 116 líderes já confirmaram presença



Mozarildo, Luiz Henrique, Cristovam, Dornelles e Suplicy durante sessão da Comissão de Relações Exteriores

Prever fiasco da Rio+20 é cair em armadilha, diz Patriota

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Antonio Patriota, admitiu ontem a existência de certo ceticismo em relação aos resultados que poderão ser alcançados na Rio+20, conferência internacional sobre desenvolvimento sustentável que será realizada no mês que vem, no Rio.

Patriota, no entanto, pediu que não se “caia na armadilha de aceitar conceitos pré-fabricados de êxito ou fracasso” em relação à Rio+20.

— Concordo que existe certo ceticismo sobre a nossa possibilidade de avançar em direção a novas utopias. Isso pode ser saudável. O importante é ter em mente qual é a proposta da Rio+20, em que o Brasil exercerá liderança pelo exemplo — afirmou.

O ministro falou durante uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado.

Ele confirmou a presença na Rio+20 de 116 chefes de Estado — número superior ao da conferência Rio-92, realizada 20 anos atrás.

Ao contrário da Rio-92, que o ministro chamou de “ponto de chegada” de negociações de acordos internacionais, a Rio+20 tem, em sua opinião, a proposta de ser um “ponto de partida” para a reflexão sobre

o que se conseguiu ou não em relação ao meio ambiente nas últimas décadas.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ao ministro que defenda as conquistas obtidas em 1992 e sugeriu à presidente Dilma Rousseff que abra a nova conferência com o alerta de que “a humanidade está em risco”.

A audiência foi realizada por sugestão do presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Fernando Collor (PTB-AL).

Collor anunciou a presença na Rio+20 dos presidentes recém-eleitos da Rússia e da França, respectivamente Vladi-

mir Putin e François Hollande.

Ele lamentou a ausência de uma delegação do Parlamento Europeu, em função dos altos custos das diárias cobradas pelos hotéis cariocas.

Ao final do encontro, a comissão aprovou requerimento do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) destinado a solicitar ao prefeito do Rio, Eduardo Paes, que pressione a rede hoteleira pela redução dos valores das diárias.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) absteve-se de votar, por considerar que seria uma “intervenção indevida” numa questão privada, relativa à lei da oferta e da procura.

Para ministro, Brasil ganha com mundo cada vez mais multipolar

Antonio Patriota disse que a ordem internacional está “cada vez mais multipolar”. Essa tendência se torna mais clara, a seu ver, quando se percebe que nenhum país consegue sozinho “pautar a ordem internacional” sem a cooperação de outras nações.

— Essa é uma situação potencialmente interessante para o Brasil, que emerge pela primeira vez como

um país de influência verdadeiramente global. Vejo o Brasil bem posicionado para trabalhar por uma multipolaridade de cooperação.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao ministro que o governo brasileiro se empenhe na busca de uma solução para o embargo econômico promovido há mais de 50 anos pelos Estados Unidos contra Cuba.

Luiz Henrique diz que texto do Código Florestal precisa de “cirurgia”



Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu o restabelecimento do texto do projeto do novo Código Florestal aprovado no Senado. Para ele, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados é “uma peça afetada por doença grave, que precisa de remédios excepcionais e cirurgias eficientes”.

— Se o conjunto de palavras que compõem esse projeto fosse uma floresta, operou-se na Câmara um grande desmatamento. Dos 78 dispositivos que aprovamos, foram suprimidos 23.

Moka defende veto parcial e nova lei que preencha lacunas



Waldemir Moka (PMDB-MS) se disse contrário ao veto total do projeto do Código Florestal recém-aprovado pela Câmara. Para ele, o ideal seria que a presidente Dilma Rousseff vetasse parcialmente o texto e que as lacunas fossem supridas por outro projeto.

— É preciso, mais do que nunca, um grande acordo, um grande entendimento entre a Câmara, o Senado e o governo.

A Câmara, em sua opinião, deveria fazer uma autocritica e reconhecer que o texto não conseguiu atingir os objetivos.

Paim critica mudanças da Câmara no projeto que saiu do Senado

Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio ao movimento da sociedade civil que defende o veto ao novo Código Florestal aprovado pela Câmara. O senador afirmou que o texto do Senado foi resultado de amplo debate e acordo. Mesmo assim, afirmou, os deputados federais promoveram mais de 30 mudanças no texto.

— Acordo feito por deputados, senadores, sociedade civil e o Executivo foi totalmente alterado na Câmara.

Paim também registrou ter sido contra a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos jogos da Copa do Mundo de 2014, possibilidade prevista no projeto da Lei Geral da Copa.

Produtores querem limites em royalty de semente transgênica

Em debate ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), produtores de soja e sementes defenderam regras mais claras para a cobrança de royalties de sementes transgênicas (geneticamente modificadas).

Segundo Glauber Silveira da Silva, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, os royalties são cobrados na compra da semente geneticamente modificada e também na entrega da colheita, havendo “confisco” de parte da produção.

— As empresas auditam e fiscalizam a cobrança de royalties — protestou, defendendo a uniformização do processo de remuneração dos detentores de patentes de sementes.

O presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso, Pierre Marie Jean Patriat, apontou o domínio que as empresas de transgênicos exercem sobre os produtores.

Em 2005, um quarto da soja produzida no Brasil era transgênica. Hoje, 82% da soja brasileira já é geneticamente modificada.

O Brasil é o segundo país no uso de sementes transgênicas, atrás só dos Estados Unidos.

Ivo Carraro, diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudas, disse que há liberdade de mercado, tendo o produtor amplo direito de escolha. Essa afirmação foi rebatida pelo senador Blairo Maggi (PR-MT).

— O mercado não é tão livre assim — disse o senador,

que defende o pagamento de royalties, mas “de forma justa”.

Ele propôs a revalidação das patentes para avaliar se a tecnologia oferecida continua viável, justificando a remuneração de seus detentores.

Fundo

Para desonerar os produtores, Ireneu Orth, presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul, sugeriu a criação de fundos que remunerem detentores de patentes, pesquisadores e produtores de sementes. Seria um fundo para cada uma das commodities, abastecido por 0,5% do valor obtido na comercialização e administrado por representantes do governo e de entidades nacionais representativas de cada cultura.

A medida tem o objetivo de evitar conflitos judiciais como o relatado pelo presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), entre a empresa Monsanto e produtores do Rio Grande do Sul, onde a Justiça considerou abusiva a cobrança da taxa tecnológica sobre a comercialização da soja transgênica.

Os participantes da audiência pública foram unânimes na defesa da pesquisa nacional em biotecnologia como condição para o país competir com as multinacionais.

Na opinião de Blairo Maggi, o governo deve reforçar o orçamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), responsável pelo conhecimento necessário ao avanço do agronegócio brasileiro. A senadora Kátia Abreu (PSD-TO) concordou.



Debatadores em audiência sobre cobrança de royalties na agricultura

Suplicy critica texto aprovado e diz que veto parcial de Dilma seria “coerência política”

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a presidente Dilma Rousseff encontrará uma solução para o novo Código Florestal, aprovado pela Câmara, segundo ele, “com diversas impropriedades”. A versão final, disse, prejudica o ambiente e estimula o desmate.

— A presidente dará uma



resposta à altura dos compromissos nacionais e internacionais assumidos e das conquistas ambientais, como a redução do desmatamento.

Em sua visão, o veto parcial pode ser uma demonstração da coerência política da presidente e do respeito a todo o esforço feito no Senado.

Legislação anacrônica para o setor não é capaz de acompanhar a transformação de uma atividade extremamente moderna e dinâmica, segundo presidente da subcomissão temporária, Vicentinho Alves



Lúcia Vânia e Vicentinho Alves participam da reunião em que foi apresentado um balanço das atividades da subcomissão

Senadores propõem novo marco para a aviação civil

UM NOVO MARCO regulatório para a aviação civil foi defendido ontem por senadores na reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O debate foi motivado pela apresentação de um balanço das atividades da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. A reunião foi presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Vicentinho Alves (PR-TO), presidente da subcomissão, disse que a atividade é extremamente moderna e dinâmica, mas tem marco regulatório anacrônico — o Código Brasileiro de Aeronáutica, por exemplo, é de 1986 — e incapaz de acompanhar “uma verdadeira transformação”.

Delcídio do Amaral (PT-MS) pediu cautela no exame de projetos que tratam da jornada de trabalho dos aeronautas.

— Precisamos olhar isso aí com muito cuidado, porque a

aviação é uma indústria séria, que exige qualificação, que exige o descanso necessário para o bom desempenho dessas atividades — recomendou.

O senador manifestou sua esperança de que o Senado se some a esse esforço de tornar a aviação civil brasileira competente: “Que tenha condição de concorrer, com eficiência, com tarifas adequadas, e ao mesmo tempo também prestando um bom serviço”. Ele cobrou também incentivo à aviação regional, com a criação de mecanismos necessários ao reaparecimento de polos que exercem essa atividade.

Jayme Campos (DEM-MT) também defendeu estímulo à aviação regional e pediu a participação da Infraero nas discussões. Ele questionou o alto preço cobrado pela Petrobras no fornecimento de combustíveis para aeronaves.

Vicentinho disse que, no Brasil, uma empresa internacional tem combustível mais barato do que a empresa que faz rotas nacionais.

— É o mesmo combustível, e nós precisamos apresentar, através desta subcomissão e da comissão [de Serviços de Infraestrutura], uma legislação no sentido de avançar para igualar [as condições de competição] — afirmou.

O presidente da subcomissão informou que, das 20 audiências públicas aprovadas pela subcomissão, oito já foram realizadas. Segundo ele, os debates têm-se mostrado qualificados, “abordando com profundidade os problemas da aviação civil no país”. Dessa discussão, acrescentou, têm surgido diagnósticos e propostas que contemplam a atualização e o aprimoramento da legislação.

Eunício destaca investimentos de R\$ 5 bi no Ceará



O Ceará será beneficiado em 2012 com obras e investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões, segundo Eunício Oliveira (PMDB-CE). Na próxima segunda-feira, exemplificou, será inaugurado em Fortaleza o Residencial Rachel de Queiroz. O senador acrescentou que em breve serão iniciadas as obras do Hospital e Maternidade Regional do Sertão Central, com 252 leitos e que atenderá mais de 600 mil habitantes. Serão construídos este ano 18 centros odontológicos e 48 unidades de pronto atendimento 24 horas. A região de Fortaleza também será beneficiada com investimentos, disse o parlamentar.

Para Delcídio, Brasil precisa debater custo da energia



Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que o preço da energia precisa ser reduzido e o momento certo está se desenhando com o processo de renovação das concessões de energia. Ele defende a eliminação da cobrança de PIS-Pasep, da Cofins e da Reserva Global de Reversão, para baratear custos.

Para o senador, também deve ser debatida a opção brasileira pelas usinas hidrelétricas a fio d’água, sem bacia de acumulação, aliadas a usinas eólicas, de acordo com os novos leilões de energia A-5. Nesse formato a fio d’água, não há acúmulo para usar a reserva quando vier a estiagem.

Sérgio Souza pede redução dos juros ao agronegócio



Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu em discurso na quarta-feira a redução dos juros cobrados do agronegócio. Ele disse que várias taxas de juros vêm sendo reduzidas “de forma drástica” no país, mas que tal redução não ocorre na agricultura.

— Pedimos ao governo federal que a taxa, atualmente em 6,75%, caia em pelo menos um ponto porcentual.

Ao ressaltar a importância do setor, o senador observou que, enquanto o produto interno bruto (PIB) do país cresceu 2,73% no ano passado, o do agronegócio se expandiu em 5,7%.

Dornelles defende projeto para modernizar FPE

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu ontem a aprovação de proposta de sua autoria que regulamenta a distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 100/12 — Complementar estabelece que a distribuição deverá considerar a arrecadação dos impostos federais gerada em cada estado; a população e a superfície territorial; e a redistribuição de renda em favor dos estados de menor renda por habitante.

— É proposta uma fórmula simples, em que cada objetivo está associado a um critério de rateio — disse.

Pelo critério da participação, 10% devem ser destinados aos estados considerando as proporções da arrecadação dos impostos federais que



Com a proposta, senador pretende contemplar todos os estados

compõem o FPE — IR e IPI — realizada em seus territórios. Pelo critério da distribuição proporcional, 5% deverá levar em consideração a superfície territorial e 15% a população de cada estado. Os outros 70% seguirão o critério da redistribuição, de forma inversamente proporcional ao produto interno bruto (PIB) por habitante de cada estado. Ou seja, quanto menos produzir, maior repasse o estado receberá do FPE.

Garibaldi Alves sugere medidas contra a seca

Medidas urgentes, com sintonia entre os governos federal e estaduais, foram



defendidas ontem por Garibaldi Alves (PMDB-RN) para enfrentar a seca no Rio Grande do Norte e nos demais estados do Nordeste.

O senador sugeriu a liberação de recursos orçamentários por ministérios, atendimento rápido às emendas parlamentares para o setor rural, busca de solução para as dívidas rurais, fortalecimento dos estoques de grãos e rações animais e apoio para pesquisas e combate às pragas que atingem o semiárido.

Vanessa elogia crédito para áreas de enchentes

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem a criação de uma linha especial de



crédito para atender agricultores prejudicados pelas cheias na região Norte. O anúncio foi feito de manhã, em Manaus, pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

— Os produtores rurais sofrem um problema a mais, porque além da invasão de suas casas pela água, eles perdem sua produção e, portanto, a capacidade de sustento da sua família em um período que vai de seis meses a um ano.

O total dos empréstimos pode chegar a R\$ 350 milhões para pequenos agricultores.

Anibal anuncia prêmio para a Prefeitura de Rio Branco

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou que o prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim (PT), deverá se encontrar com a presidente da



República, Dilma Rousseff, até o fim do mês, para receber o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), instituído pela ONU.

Segundo Anibal, é a segunda vez que Rio Branco conquista o prêmio. A escolha considera os resultados relativos às oito metas do milênio, que tratam da eliminação da fome; universalização

da educação básica; igualdade de gênero; redução da mortalidade infantil; saúde das gestantes, combate à Aids e outras doenças; respeito ao meio ambiente; e trabalho pelo desenvolvimento.

— É uma notícia que serve de inspiração para muitas administrações — disse.

Segundo o senador, a iniciativa premiada abrangeu projetos de hortas comunitárias e feiras de agricultura familiar, beneficiando famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social e mulheres vítimas de violência.